



Estado do Rio de Janeiro Câmara Municipal de Sumidouro

Requerimento n° *028* /2024.

Proponentes: Geilson J. Lampa, Haroldo S. Gonçalves, José C. da Rocha e José Amarildo Pimentel.

Assunto: Pedido de informações sobre o pagamento do incentivo financeiro adicional aos agentes de saúde e combate a endemias.

EXPOSIÇÃO FÁTICA

Como sabemos, anualmente o Governo Federal repassa valores sobre a rubrica de "incentivo financeiro adicional" às categorias mencionadas.

A previsão de intenção do pagamento é para incentivar categorias que desempenham papel relevante na saúde pública, sendo um verdadeiro incentivo, como o próprio nome diz.

Pelo que podemos entender, trata-se de parcela específica, com finalidade própria, sendo verba destinada exclusivamente para os fins de "incentivar" a categoria, não podendo ser gasta de com outras finalidades.

Apesar disso, o governo local reluta em cumprir a lei e repassar os valores a quem de direito, havendo suspeita de uso indevido, o que tem causado muitos prejuízos, o que precisa ser devidamente apurado, para a devida responsabilização.

Com base nos deveres constitucionais de fiscalização e para acompanhar os atos do Poder Executivo, diante de inúmeras dúvidas, **são de suma importância esclarecimentos.**

Em respeito ao Plenário, pedimos a aprovação da inclusão do presente na pauta de hoje.

Conclusão:

Sendo assim, os subscritores do presente requerimento solicitam, após anuência do Soberano Plenário desta Casa Legislativa, que seja oficiado o Excelentíssimo Prefeito Municipal de Sumidouro, para que o mesmo, no prazo legal estabelecido na LOM, **preste as seguintes informações:**

1. Informe e comprove há quanto tempo Sumidouro tem recebido do Governo Federal valores a título de "incentivo financeiro adicional";
2. Onde estes valores são depositados? Se em contas bancárias específicas, envie extrato bancário comprovando os depósitos e as movimentações eventualmente feitas desde iniciados os repasses;
3. os valores são enviados para os ACE e ACS em fontes próprias ou separadas?
4. Por qual motivo o Executivo reluta em fazer o repasse aos servidores?
5. Quanto há depositado para cada categoria?
6. Por qual motivo não se cumpre a lei que autorizou o repasse entre os ACE?

Geilson J. Lampa
Geilson J. Lampa

Sumidouro/RJ, 27 de maio de 2024.

Haroldo S. Gonçalves
Haroldo S. Gonçalves

José C. da Rocha
José C. da Rocha

José Amarildo Pimentel
José Amarildo Pimentel